

Comissão breca pedidos de crédito 'suplementar'

BRASÍLIA — A Comissão de Orçamento decidiu não ceder às pressões do governo para votar a toque de caixa os pedidos de crédito suplementar enviados à última hora ao Congresso. "Nesta última semana desabou uma enxurrada de pedidos de crédito suplementar, o que é uma desconsideração do Executivo", queixou-se ontem o presidente da Comissão, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

"O governo está viciado em enviar suas mensagens no final dos trabalhos da Comissão, para que os créditos sejam aprovados sem que o Congresso os discuta", protestou ontem o vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES). Como as lideranças de todos os partidos decidiram que só votariam os créditos relativos à pagamento de pessoal, Ronaldo Aragão devolverá à presidência do Congresso oito projetos, que somam Cr\$ 764,4 bilhões.

Nem mesmo os governistas da Comissão defenderam a atitude do Executivo. "Esse governo mata a gente de vergonha", comentou um vice-líder do bloco que apóia o presidente Fernando Collor. Vários desses projetos falam em excesso de arrecadação quando tratam da fonte de recursos dos créditos suplementares, ao mesmo tempo em que o governo retém dotações, sob o argumen-

to de que as estimativas de receitas da Lei Orçamentária deste ano estão superestimadas. Os próprios governistas admitiram que se recusam a aprovar tudo sem a análise prévia necessária, porque nem sempre as fontes de recurso indicadas pelo governo nos projetos são confiáveis.

Ao longo deste ano, o governo enviou ao Legislativo 113 solicitações de crédito suplementar. Desse total, 66 foram aprovados pela Comissão de Orçamento, mas o plenário do Congresso só transformou em lei nove desses projetos. Das 38 mensagens do Executivo ainda não votadas pela Comissão, 34 foram enviadas na última semana.

"Não votamos por falta de tempo e condições para discuti-las criteriosamente", diz Hartung, para quem a prática tradicional do envio em cima da hora terá que ser corrigida pelo governo. Como as estatísticas revelam que o plenário do Congresso tem pouca agilidade na apreciação de créditos, o vice-líder sugere que a Comissão de Orçamento passe a ter poder terminativo nessa matéria. "Os interessados que não concordarem com o voto da comissão, inclusive os governistas, poderiam recorrer da decisão ao plenário do Congresso", argumenta.